

INTERAÇÃO, CONFLITOS E DESAFIOS NA IDENTIDADE DO CRISTIANISMO PRIMITIVO

José Luiz Izidoro*

Resumo: a construção das identidades dos povos oriundos de diversas nações e geografias irá apresentar uma constituição flexível e de tensão no seu processo de interação com outros povos e culturas. O Cristianismo, procedendo do judaísmo, implantou-se e desenvolveu-se em ambientes greco-romanos, assimilando, integrando e reinterpretando muitos elementos socioculturais e categorias de pensamentos neles encontrados; interagindo com os mesmos. Assim, abre-se às diversidades e às múltiplas experiências na construção de sua identidade, não obstante os conflitos e tensão inerente ao processo.

Judaísmo, Helenismo, Cristianismo

Em primeiro lugar, deveremos considerar as categorias “Cristianismo”, “Judaísmo” e “Helenismo” não como blocos monolíticos e absolutamente imutáveis; uma vez que o seu desenvolvimento e dinâmica situam-se no dinamismo e na dialética da história. Segundo André Chevitarese e Gabriele Cornelli “o judaísmo, o cristianismo e o politeísmo grego nunca existiram, enquanto formas culturais autônomas e independentes, fora das simplificações manualísticas ou das identificações ideológicas posteriores”¹. Para Chevitarese e Cornelli, “ao nos referirmos às culturas judaicas, cristãs e politeístas, estamos admitindo o uso de um conceito que estabelece a todo o momento, em termos individuais ou coletivos, um diálogo constante entre o presente e o passado...”².

a. Judaísmo

O judaísmo monoteísta se fundamenta na fé em Deus e na obediência às Leis. Nisso consiste sua pertença à Deus e aqui se fundamenta a apologia. A relação fé/Lei torna-se uma peculiaridade para os judeus, por causa de seu *caminho de vida*. Nessa adesão, os *judeus* como povo eleitos de Deus, torna-se a base de toda a apologia. A Toráh pode ser identificada com a lei da natureza e da humanidade. Os gentios politeístas eram adoradores

* UMESP

1. CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele. *Judaísmo, Cristianismo, Helenismo*. Itu: Ottoni Editora, 2003, p. 16.

2. Idem, p. 14.

da *criação* mais que do *Criador*. Adoravam as coisas, matérias do universo. Os judeus respondiam às calúnias concernentes às suas origens recitando a *história da criação* e seu contexto na *história do povo*; referindo-se às *Leis*³.

Em base na Bíblia, os judeus foram capazes de levar em frente sua cronografia como um contraposto alternativo, que era plausível para eles mesmos e para os demais. A prova da antiguidade dos judeus (cronografia) pode ser determinada assim: ‘*Moisés* precede *Orpheos* e a *filosofia grega*. *Moisés* era a figura principal, porém *outros* serão incluídos no argumento, como *Abraão*, que nos textos apologéticos veio a ser o *inventor*. A cronologia judaica se dá em três fases: a. Fora da cronologia bíblica; b. Mistura de dados bíblicos com mitologia extra-bíblica; c. os eventos bíblicos como parte da cronologia universal da história do mundo⁴.

O que melhor concerne ao judaísmo, quando eles iniciam sua residência na terra, foi com a instituição cültica. E a instituição cültica incluía especialmente o particular caminho judaico para a vida, expressa em termos de doutrina grega de virtudes (Catálogo de virtudes) – como era delineado antes por *Moisés*⁵.

A relação entre religião e nação na constituição do judaísmo pós-exílico era muito visível e seu desenvolvimento muito dependeria das ações proféticas, fortalecendo assim uma identidade voltada ao nacionalismo e à plena observância aos preceitos religiosos estabelecidos. “Desde sua instalação na Palestina até o cativeiro, e a despeito da pressão de vizinho muitíssimo mais forte, os israelitas haviam conseguido manter uma relativa independência nacional nos limites do reino que fundaram, mais tarde cindido em dois pelo cisma. Com base nesse quadro nacional, cujos marcos geográficos eram formados pelas fronteiras da Palestina, praticavam a religião que desde o início se caracterizava pelo acentuado cunho étnico. Em virtude do pacto do Sinai, que os unira a Deus, os hebreus consideravam-se o povo eleito. Havia perfeita correspondência entre nação e religião. O esforço dos profetas visou preservar o patrimônio religioso de Israel contra quaisquer

³. CONZELMANN, Hans. *Gentiles, Jews, Christians: Polemics and Apologetics in the Greco-Roman Era*. Translated by M. Eugene Boring, 1992. Fortress Press Minneapolis. 1981, pp. 135-139..

⁴. Idem, pp. 145-148.

⁵. Idem, p. 187-188.

influências estrangeiras e defendê-lo de toda contaminação oriunda do substrato cananeu”⁶. É suficientemente verdadeira que, a literatura apologética judaica era uma reação ao anti-semitismo. Mas não há evidência de escritos anti-semíticos antes do tempo dos Macabeus⁷.

Após o Exílio da Babilônia (587 a.C.), desde as “leis” e o “Templo” (centro da vida religiosa judaica), a constituição da identidade judaica foi se consolidando a partir das diversidades étnicas e socioculturais dos povos mobilizados, com forte acento em uma “nação judaica” restaurada e definida desde “o Projeto do Segundo Templo (Ex 25-40)”, porém acentuando o caráter étnico.

Sendo assim, o movimento de migração das diásporas judaicas no contexto da consolidação do “judaísmo” possibilitou um pluralismo de matizes étnicas e culturais ao interior da construção do mesmo. “No judaísmo helenístico era possível fazer uso de uma mistura de elementos do judaísmo e da sabedoria grega”⁸.

Para Simon e Benoit, “no interior ou fora de sua pátria, os judeus experimentaram contato permanente e direto com diferentes civilizações (egípcia, mesopotâmica, persa e, sobretudo, a grega, em seguida a romana). Mesmo com muitas precauções, entretanto, não chegaram a impedir a atuação das influências externas. À medida que se dava a instalação definitiva do reino da lei, percebe-se que também se formava no judaísmo um corpo de doutrina, parcialmente constituído de elementos estrangeiros tomados de empréstimo, em especial do Irã e da Grécia”⁹.

O judaísmo, em sua mobilização, vai se situar num campo mais complexo com o início da helenização, tanto na Palestina como em outros territórios onde se fará presente; contudo, sem que imaginemos que se tratara de um processo homogêneo para todo o domínio grego e, posteriormente, romano. “Edward Ullendorff diz que, Conti Rossini (1895) já havia sugerido que o judaísmo professado pela guarnição militar divergia consideravelmente das formas judaicas como era preservada na Etiópia”¹⁰.

6. SIMON, Marcel; BENOIT, André. *Judaísmo e Cristianismo antigo: de Antíoco Epifânio a Constantino*. São Paulo: EDUSP, 1987, pp. 49-50.

⁷ CONZELMANN, Hans. *Gentiles, Jews, Christians: Polemics and Apologetics in the Greco-Roman Era*. Translated by M. Eugene Boring, 1992. Fortress Press Minneapolis. 1981, p. 73.

⁸. Idem, p. 72.

9. Idem, pp. 50-51.

10. ROSSINI, Conti, 1895. Apud Edward Ullendorff. *Ethiopia and the Bible*. London: Oxford University Press, 1968, p.16.

No que concerne à constituição da identidade judaica, no contexto da helenização, observa-se enfaticamente seu caráter de conflito, tensão e fluidez.

Entre o período de Antíoco IV Epifânio (175-164.a.C.) e a ascensão dos Asmoneus houve um conglomerado de ocorrências como a imposição de valores culturais e religiosos gregos à Palestina, como também a todo o domínio greco-romano. A respeito da comunidade judaica da Palestina e das diásporas judaicas fez-se necessário o consentimento parcial judaico a respeito da recepção da oferta grega, não obstante a resistência e oponência radical dos Macabeus, conferindo à identidade judaica seu caráter de fluidez, de conflitos, dinamismo entre as fronteiras étnicas e de reconhecimento da demarcação de sua identidade.

Segundo Helmut Koster a rebelião dos Macabeus havia começado devido a tentativa de fazer de Jerusalém uma cidade helénica. O pensamento mesmo de um pluralismo cultural e religioso era necessariamente inadmissível a respeito de Jerusalém. Desde a perspectiva da fé judaica tradicional, a continuidade lógica da rebelião consistia no retorno de todo o país a fé no Deus de Israel. Por isso quase todas as cidades gregas de território palestino foram conquistadas pelos Asmoneos. A população era expulsa ou obrigada a se converter ao judaísmo, e outros foram incorporados ao império asmoneo sem seus direitos cívicos. Enquanto que ao princípio das guerras macabeias pela independência predominava o componente ideológico de liberar o templo, a cidade e o país dos horrores pagãos, depois a religião se converteu nas mãos dos asmoneos como um meio para ligar todos os habitantes com Jerusalém, onde o soberano era ao mesmo tempo o sumo sacerdote. Foi conquistada a capital samaritana, Siquém, se destruiu o templo de Monte Garizim, sendo obrigados os samaritanos a reconhecer a supremacia religiosa de Jerusalém.¹¹ Porém, torna-se prematuro afirmar uma supremacia judaica desde Jerusalém pelos asmoneus, com incidência a todo judaísmo das diásporas. Na suposição de que Jerusalém tivesse uma autoridade sobre as comunidades da diáspora, esta seria de caráter ideal e não institucional. Em nenhum momento as autoridades de templo tiveram direitos judiciais e poder policial sobre os judeus que viviam fora dos limites políticos dominados por Jerusalém. Por regra geral a diáspora procurava se manter à margem das questões políticas de Palestina, ainda que somente fosse por motivos de subsistência e de obediência à

¹¹. KOSTER, Helmut. *Introducción al Nuevo Testamento*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1988, pp. 277-278.

autoridade política correspondente, que tinha poder sobre ela. Esta atitude básica a adotaram mais tarde muitas comunidades cristãs (cf. Rm 13,1ss.; 1 Pe 2,13).¹²

O judaísmo no período greco-romano vai se desenvolvendo a partir de um caráter pluri-étnico, abrangendo realidades socioculturais distintas, porém sem deixar de considerar no seu processo de interação entre fronteiras étnicas a alteridade presente em suas origens e as diversidades presentes em seu dinamismo histórico.

b. Helenismo

No que se refere ao Helenismo, abre-se um novo período na história do judaísmo, isto é, a “helenização”, que antecede a Antioco IV Epifânio (175-164 a.C.).

A história helenista veio a ser uma história universal. Esse foi um esquema que penetrou no judaísmo. O estabelecimento de uma era universalmente válida. Uma universalidade aceitável, datando de eventos que transcenderá os sistemas locais¹³.

Assim como o judaísmo vai se definindo por meio do caráter plural do processo de interação com outras culturas e povos, preservando sua autonomia com seus valores étnicos e religiosos, o helenismo também se apresenta como categoria de pensamento na órbita das diversidades, não isento das correntes de resistências, como também de consentimentos, porém com certas especificidades no que se refere à filosofia e às religiões. André Chevitaese e Gabriele Cornelli¹⁴, a partir das concepções de Werner Jaeger (1991) e L. I. Levine (1998), apresentam duas definições de helenismo: Werner Jaeger demonstra que o termo ‘helenismo’ sofreu um processo de interpretações variadas na Antiguidade. De imediato, com Teofrasto no quarto século a.C., esta palavra adquire o sentido do uso gramaticalmente correto da língua grega, o grego livre de barbarismos e solecismos. Posteriormente, porém, o helenismo vai caracterizar a adoção das maneiras gregas, do modo de vida grego, em especial fora da Hélade, onde a cultura grega tornara-se moda. L. I. Levine define o helenismo como um meio cultural, largamente grego dos períodos

¹² . Idem, p. 285.

¹³ . CONZELMANN, Hans. *Gentiles, Jews, Christians: Polemics and Apologetics in the Greco-Roman Era*. Translated by M. Eugene Boring, 1992. Fortress Press Minneapolis. 1981, pp. 144-145.

¹⁴ . JEAGER, Werner, 1991; LEVINE, L. I., 1998. Apud André Chevitaese; Gabriele Cornelli. *Judaísmo, Cristianismo, Helenismo: Ensaio sobre Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo*. Itu: Ottoni Editora, 2003, p. 7.

helenísticos, romano e uma extensão mais limitada do bizantino, enquanto que, por helenização, Levine chama o processo de adoção e adaptação desta cultura em nível local.

Consideramos que nas duas concepções estão presentes elementos como “maneiras gregas e sua expressão na linguagem”, assim como sua adaptação e assimilação em novos meios locais, onde também se situam as comunidades judaicas e outros povos judaizados. É o caso do Egito, que desde a Alexandria desenvolveu fortemente uma literatura marcada pela cultura helenística. “Cerca de trezentos anos antes de Cristo, o Egito foi conquistado por Alexandre Magno (332 a.C.). O país dos Faraós foi então aberto à intensa colonização dos gregos, chamada helenização (Helenos – Gregos). A língua e a cultura grega não se restringiram aos muitos comerciantes gregos que se estabeleceram em Alexandria e outras cidades, mas foram aceitos praticamente por toda a população urbana”¹⁵.

O processo de helenização em várias nações não foi motivo para a abdicação da língua nacional e suas representações simbólicas, mesmo que houvesse o consentimento ou aceitação do processo dentro de um consenso coletivo ou parcial, não isentando, porém, as nações onde tal fenômeno de fato ocorreu. Segundo Helmut Köester “na Babilônia e Palestina, a maioria dos judeus falava o arameu, enquanto que na diáspora do Egito, de Ásia Menor e do Ocidente se havia imposto a língua grega”¹⁶. Essa realidade não nega outras conseqüências menos ou mais drásticas geradas no interior das culturas e dos povos helenizados. Como conseqüência geral da helenização, considera-se que, como processo histórico-cultural, esta afetava a todos os judeus da Palestina e da diáspora¹⁷.

O processo de romanização que se segue às categorias de pensamento grego vai ampliar, no âmbito universalista que caracterizava o império romano desde Pompeu (65 a.C.) até Constantino (século IV d.C.), as já mencionadas categorias do Judaísmo e Helenismo. Para uma melhor compreensão dessa ampliação e ao mesmo tempo das influências greco-romanas na concepção judaica do mundo, recorremos a James M. Scott. Este apresenta “o quadro das nações do rei Agripa e a discrição da soberania universal do Império Romano, enquanto Flavio Josefo o coloca como sendo Agripa II, com o início da guerra (Bj 2.345-401). ...Agripa inclui um impressionado quadro das nações sob o controle

15. BAUR, John. *2000 anos de Cristianismo em África: Uma História da Igreja Africana*. Lisboa: Ed. Paulinas, 2002, p. 16.

16. KÖESTER, Helmut. *Introducción al Nuevo testamento*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1988, p. 280.

17. Idem, p. 283.

romano, isto é, gregos e macedônios, como os miríades de outras nações, incluindo as quinhentas cidades da província da Ásia e outras nações da Ásia Menor, os tracianos, os gauleses, os ibéricos, os germanos, os bretões, os partos, os cirenaicos, numerosas nações do continente africano e Egito (Bj 2.358-387)”¹⁸.

c. Cristianismo

A construção das identidades dos povos oriundos de diversas nações e geografias irão apresentar uma constituição flexível, não isento os conflitos e tensão no seu processo de interação com outros povos e culturas, porém com autonomia quando se refere ao consenso de identificar seu passado e seu presente na história. Dessa forma, “a pertença étnica não pode ser determinada senão em relação a uma linha de demarcação entre os membros e os não membros. Para que a noção de grupo étnico tenha sentido, é preciso que os atores possam se dar conta das fronteiras que marcam o sistema social ao qual acham que pertencem e para além dos quais eles identificam outros atores implicados em um outro sistema social”¹⁹.

O cristianismo, procedendo do judaísmo, implantou-se e desenvolveu-se em ambientes greco-romanos, assimilando, integrando, interagindo e reinterpretando muitos elementos socioculturais e categorias de pensamentos neles encontrados, especificamente de cunho religioso, culto de mistérios, hermetismos e gnoses pagãs. Para Martin Hengel “O cristianismo primitivo é uma religião sincrética com várias raízes. O judaísmo não foi o único berço do Cristianismo primitivo, mas havia diversas outras correntes como o gnosticismo, religiões místicas gregas e orientais, magias, astrologia, politeísmo pagão, histórias de homens divinos (theoi andres) e seus milagres, filosofia helenista popular com a influência do culto pagão e não judeu, e também influência da imaginação e linguagem religiosa helenista na diáspora”²⁰.

18. SCOTT, James M. “Luke’s Geographical Horizon”. In: *The Book of Acts in its First Century Setting: The Book of Acts in its Graeco-Roman Setting* (Ed. GILL, David W. J., GEMPF, Conrad). United States of America: William B. Eerdmans Publishing Company Grand Rapids, Michigan. The Paternoster Press Carlisle, 1994, pp. 493-494.

19. POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joselyne. *Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998, p. 150.

²⁰. HENGEL, Martin: 1999. Apud HENGEL, Martin; BARRETT, C.K. (Ed. Donald A. Hagner). *Conflicts and Challenges in Early Christianity*. Pennsylvania: Trinity Press International, 1999, p. 1-3.

O processo de interação étnico-cultural entre os povos e nações, e a constituição do Cristianismo primitivo estão inseridos no movimento das Diásporas e das Sinagogas, como mediações judaicas, helênicas e de inserção cristã. “Enquanto o acesso ao Templo era rigorosamente vedado aos pagãos, o culto sinagoga estava aberto a todos. Por nele se usar normalmente a língua comum, e devido também ao lugar capital que nele se reservava à instrução, esse culto prestou-se com grande eficácia à difusão do judaísmo”²¹.

De acordo com os decretos conferidos por César aos judeus, a sinagoga ocupava um “lugar central”, ou seja, um espaço aglutinador dos costumes e das tradições judaicas. A sinagoga garante aos judeus o espaço para as assembléias, para guardar o sábado, a Torá e todas as prescrições que norteiam suas vidas individuais e coletivas; religiosas e culturais.

Segundo E. P. Sanders, os decretos em favor dos judeus na Diáspora consistiam nos seguintes pontos: “O direito para assembléia ou para fazer um lugar de assembléia: 5 tempos; o direito para guardar o sábado: 5 tempos; o direito para fazer suas comidas ancestrais: 3 tempos; o direito para resolver seus assuntos pessoais: 2 tempos; o direito para a contribuição monetária: 2 tempos”²². Isso tudo era fundamental para a vida judaica. Porém, no contexto greco-romano essa realidade não era passível de críticas e oposições, uma vez que “os judeus insistiam em reclamar para si um *status* especial que lhes garantissem a prática de sua religião, o desfrute de alguns privilégios fiscais, o envio a Jerusalém do tributo do templo e, ao mesmo tempo, depreciavam aos deuses dessas cidades”²³.

É notória a presença de antigas sinagogas no contexto das Diásporas, e essa realidade é testemunhada por fontes literárias como também pela arqueologia. O prefácio da obra editada por Steven Fine apresenta um mapeamento das sinagogas na Palestina e nas diásporas. Aponta a localização das mesmas nas geografias de Egito, África e Gaza. “Na região do Egito (entre Alexandria, Atribes e Crocodilopolis) encontramos, pelas fontes literárias três sinagogas. Em Naro (território africano) encontramos, pelas evidências

21. SIMON, Marcel; BENOIT, André. *Op. cit.*, p. 77.

22. SANDERS, E. P. “Common Judaism and the Synagogue in the first century”. In: Edited by Steven Fine. Routledge, 1999, p. 2.

23. KÖESTER, Helmut. *Op. cit.*, p. 288.

arqueológicas, uma sinagoga. Em Gaza, situada mais ou menos a 100 km ao sudoeste de Jerusalém, encontramos, pelas evidências arqueológicas, uma sinagoga”²⁴.

Porém, qual seria a concepção de sinagoga, a partir da prática judaica da Palestina e das diásporas no contexto do Cristianismo do primeiro século? Tratar-se-ia de espaços informais e comuns de encontros e assembléias, mas não de estruturas já consolidadas. Paulo, em Antioquia, participa de uma *sunagwgh/j* (“assembléia, reunião”) de judeus e prosélitos (At 13,43).

Para Pieter W. van der Horst, “apenas depois da queda do Templo, para resistir, numa atitude de solidariedade fundamental para a preservação da identidade judaica, que *sinagoga* veio a ser um termo para a *casa* da assembléia de adoração. Nas fontes judaicas, porém, até o terceiro século d.C., a palavra *sinagoga* é usada apenas como ‘assembléia’ ou ‘congregação’, em concordância com o significado original da palavra e com o uso grego, e não para um *lugar* de assembléia ou a *construção*. Para o *lugar* da assembléia, as fontes primitivas sempre usam *proseuchê*, literalmente (lugar de) oração. Os lugares de reuniões eram meramente partes privadas da casa. Isto se aplica igualmente para Palestina e para a Diáspora. Nas passagens do Novo Testamento; nos Evangelhos e no livro de Atos, *sinagoga* refere-se à congregação judaica ou à reunião informal de crenças judaicas”²⁵.

Como considerações provisórias

Alguns conflitos e desafios inerentes ao processo da *construção da identidade do Cristianismo primitivo*

O processo da construção da identidade do Cristianismo primitivo não esteve isento de conflitos e tensão. Como vimos anteriormente, o seu processo interacional entre fronteiras étnicas e geográfica está impregnado de fatores de diferenciação e aproximação que irá construir um tecido identitário plural e diversificado. Segundo Martim Hengel, no tempo de Antíoco IV, o judaísmo helenístico tinha ameaçado a exclusividade do judaísmo monoteísta com seu esforço pela secularização do templo e integração entre a nação do

24. FINE, Steven (Ed.). *Jews, Christians, and Polytheists in the Ancient Synagogue: Cultural Interaction during the Greco-Roman Period*. London and New York: Routledge, 1999, pp. xi-xv.

25. HORST, Pieter W. van der. “Was the Synagogue a place of Sabbath Worship before 70 C.E.?” In: Routledge, 1999, pp. 18-19.

mundo (*O templo, o culto, a famosa Jerusalém das peripetias teve a marca da cultura helenista no tempo dos asmoneus e Herodes; diferentemente do helenismo de Alexandria e de outras geografias helenizadas*). Porém, isso não era tão problemático para o judaísmo quanto à *eminência da vinda do Reinado de Deus e a proclamação da escatologia realizada da profecia do A. T.* O significado do *templo* e da *Toráh* foi diretamente colocado em questão. Da fé e obediência à Lei, como foi dado para Israel no Sinai, passa para uma pessoa messiânica, um mediador, com quem a oração de Isaias (64,1) era certamente atualizada: *Deus vem para seu povo em forma de ser humano. Há um verdadeiro Deus, chamado Deus de Israel que em breve envia um Salvador. Cristo é o fim da lei e a luz de todos os que creem*²⁶. Aqui reside um conflito entre o judaísmo normativo e o novo movimento messiânico. Já não é *Moisés* e a *Lei* os intermediários entre Deus e a humanidade, mas sim o *Messias*, o que traz o *novo pacto*. Para Hengel é o começo de uma nova religião tanto para Israel como para o mundo. A eminente chegada do Reinado de Deus e a parusia de Jesus de Nazaré, o Messias crucificado de Israel, o Filho de Deus²⁷.

No desenvolvimento do Cristianismo primitivo, estão presentes outros acontecimentos históricos como a Guerra Judaica (64 d.C.), a morte de Pedro, Paulo, João (43 a.C.), a eliminação de vários grupos sociais e religiosos, a expulsão dos cristãos da sinagoga, a formação das diásporas cristãs helênicas e a consolidação do judaísmo rabínico. Aqui reside um outro conflito entre o judaísmo normativo e o movimento cristão.

A partir desses conflitos apresentam-se os desafios para dar passos na direção da separação. Martins Hengel afirma que segundo o descrito por Lucas no contexto da missão de Paulo, foi o fato de que os *judeus messiânicos* e seus pagãos, seguindo entre os tementes a Deus, foram expelidos das ordenadas sinagogas/comunidades, que foram finalmente distinguidos pelo termino *ekklesia*. Como uma nova seita escatológica, uma nova assembléia sinagoga, muito familiar, onde se lia a antiga Escritura, mas com novo entusiasmo; com uma oração confiante, mas também no “nome de Cristo”. Com hinos cristológicos, uma vivência segundo a ordem ética das escrituras e no amor (agape); contra a idolatria e vícios dos pagãos. O domingo, a liturgia, a eucaristia, as leituras litúrgicas eram formas dos cristãos se distinguirem da tradição mosaica. Assim como os judeus-

²⁶ . HENGEL, Martin; BARRET, C. K. *Op. cit.*, p.3-5.

²⁷ . HENGEL, Martin; BARRET, C.K. *Op. cit.*, p.10-11.

cristãos, predominantemente comunidades cristãs gentílicas da Diáspora no Império romano, na segunda metade do primeiro século, não observavam a circuncisão, sábado, leis de dietas, dias de festas e festas anuais²⁸.

No contexto do desenvolvimento do Cristianismo primitivo vemos a carta que Plínio descreve a respeito do cristianismo, em uma carta à Trajano, como *degenerado e extravagante*. Sutônio chama o movimento cristão como uma *nova e maléfica superstição e magia*. Tácito descreve o Cristianismo como *detestável superstição*, assim como em Atos dos Apóstolos 24,5; 24,15; 26,28; 26,5; 28,22²⁹.

Sendo assim, o Cristianismo primitivo abre-se às diversidades e às múltiplas experiências na construção de sua identidade.

É nesse contexto de mobilidade dos povos e culturas, no horizonte de suas fronteiras étnicas e geográficas, no seu processo de interação e assimilação, conflitos e desafios, nos espaços das sinagogas ou sobre as influências das mesmas, que o Cristianismo vai se desenvolver.

Referência Bibliográfica

BAUR, John. *2000 anos de Cristianismo em África: Uma História da Igreja Africana*. Lisboa: Ed. Paulinas, 2002. 630p.

CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele. *Judaísmo, Cristianismo, Helenismo: Ensaio sobre Interações Culturais no Mediterrâneo Antigo*. Itu: Ottoni Editora, 2003. 138p.

CONZELMANN, Hans. *Gentiles, Jews, Christians: Polemics and Apologetics in the Greco-Roman Era*. Translated by M. Eugene Boring. Fortress Press Minneapolis. 1981, pp. 135-233, 1992, 390p.

CONZELMANN, Hans. *Gentiles, Jews, Christians: Polemics and Apologetics in the Greco-Roman Era*. Translated by M. Eugene Boring. Fortress Press Minneapolis. 1981, pp. 135-233, 1992, 390p.

FINE, Steven (Ed.). *Jews, Christians and Polytheists in the Ancient Synagogue: Cultural Interaction during the Greco-Roman Period*. London and New York: Routledge, 1999, 253p.

HENGEL, Martin; BARRETT, C.K. (Ed. Donald A. Hagner). *Conflicts and Challenges in Early Christianity*. Pennsylvania: Trinity Press International, 1999, 103p.

²⁸. Idem, p. 31-40.

²⁹. Idem, p.6-7.

HORST, Pieter W. van der. “Was the Synagogue a place of Sabbath Worship before 70 C.E?” In: Edited by Steven Fine. London and New York: Routledge, 1999, pp. 18-33.

KOESTER, Helmut. *Introducción al Nuevo testamento*. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1988. 905p.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Joselyne. *Teorias da Etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: UNESP, 1998. 250p.

SANDERS, E. P. “Common Judaism and the Synagogue in the first century”. In: Edited by Steven Fine. London and New York: Routledge, 1999, p. 2.

SCOTT, James M. “Luke’s Geographical Horizon”. In: *The Book of acts in its first century setting: The Book of Acts in its Greco-Roman Setting* (Ed. GILL, David W. J., GEMDF, Conrad). United States of America: William B. Eerdmans Publishing Company Grand Rapids, Michigan. The Patemoster Press Carlisle, 1994, pp. 493-494.

SIMON, Marcel; BENOIT, André. *Judaísmo e Cristianismo antigo: de Antíoco Epifânio a Constantino*. São Paulo: EDUSP, 1987. 350p.

ULLENFORFF, Edward. *Ethiopia and the Bible*. London: Oxford University Press, 1968, p. 1-30.